

# RALED

VOL. 18 (2) 2018



ARTÍCULO

## **Mulheres indígenas e os espaços midiáticos: uma reflexão sobre silenciamento, memória e resistência**

*Indigenous women and media spaces: a reflection  
about silencing, memory and resistance*

---

**FLÁVIA CAMPOS SILVA**

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas  
Gerais (CEFET/MG)  
Brasil

Recebido: 10 de setembro de 2018 | Aceito: 21 de outubro de 2018

## RESUMEN

Este trabajo es una reflexión sobre el movimiento de la construcción del significar. Cómo emergen y significan los sentidos en una dinámica que implica: el lugar (no) ocupado por las mujeres indígenas en los medios de comunicación y en los espacios oficiales; el funcionamiento de la memoria discursiva en la constitución del sujeto “mujer indígena” y la aparición de otros sentidos en los actos de resistencia. La propuesta se basa, centralmente, en los supuestos de Orlandi (2003), (2013), (2015); Pêcheux (1991); Foucault (2012); Lima (2006) y Bourdieu (1992), (1996). Concluimos que el silenciamiento de la voz del sujeto “mujer indígena” en la media, produce sentidos que además de significar en los límites del silencio y del lenguaje, dan fuerza a una resistencia con grande potencial para movimientar y reorientar las luchas de estas mujeres y consiguiente resignificación de los patrones de sociabilidad, interacción y compromiso.

**PALABRAS CLAVE:** *análisis del discurso, mujeres indígenas, memoria, media, silenciamiento, resistencia.*

## RESUMO

Este trabalho é uma reflexão sobre o movimento da construção do significar. Como os sentidos emergem e significam numa dinâmica que envolve: o lugar (não) ocupado pelas mulheres indígenas na grande mídia e em espaços oficiais; o funcionamento da memória discursiva na constituição do sujeito “mulher indígena” e a emergência de sentidos em atos de resistência. A proposta se baseia, centralmente, nos pressupostos de Orlandi (2003), (2013), (2015); Pêcheux (1991); Foucault (2012); Lima (2006) e Bourdieu (1992), (1996). Concluímos que o silenciamento da voz do sujeito “mulher indígena” na grande instância midiática produz sentidos que, além de significar nos limites moventes do silêncio e da linguagem, dão força para que uma resistência se imponha com forte potencial para movimentar e redirecionar as lutas dessas mulheres podendo, inclusive, (re) significar padrões de sociabilidade, interação e engajamento.

**PALAVRAS CHAVE:** *análise do discurso, mulheres indígenas, memória, mídia. Silenciamento, resistência.*

## ABSTRACT

This work is a reflection on the movement of the construction of meaning. How the senses emerge and mean in a dynamic that involves: the place occupied by indigenous women in the mainstream media and official spaces; the functioning of discursive memory in the constitution of “indigenous women” subject and the emergence of meanings in acts of resistance. The proposal is based, centrally, on the assumptions of Orlandi (2003), (2013), (2015); Pêcheux (1991); Foucault (2012); Lima (2006) and Bourdieu (1992), (1996). It is concluded that the silencing of the voice of the

“indigenous woman” subject in the large media context produces meanings that, in addition to signifying within the moving limits of silence and language, impose a resistance with strong potential to move and redirect the struggles of these women being able to reframe standards of sociability, interaction, and engagement.

**KEYWORDS:** *discourse analysis, indigenous women, memory, media, silencing, resistance.*

## Introdução

Segundo dados do último Censo (IBGE 2010) e conforme divulgação no sítio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI 2018),<sup>1</sup> órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, aproximadamente 0,5% da população no Brasil é representada por povos indígenas, distribuídos entre as áreas urbana e rural, em praticamente todo o território. Este número que, decrescido assustadoramente até meados da década de 1970 (tendo, inclusive, alguns povos extintos) vem aumentando de maneira tão expressiva nos últimos trinta anos, que esses povos alcançaram uma marca de crescimento de sua população seis vezes maior que a da população brasileira nesse curto espaço de tempo. Mas esse crescimento não veio sozinho. Junto, vieram transformações sociais e outras questões de cunho político-econômico que passaram a requerer respostas e soluções que iam desde pensar alternativas de sobrevivência até a urgência de construção de políticas públicas mais direcionadas para esses povos. Vale destacar que aqui nos referimos apenas aos povos contatados, pois, mesmo sabendo que muitas comunidades ainda vivem isoladas e muitas outras ainda estão em processo de reconhecimento de sua condição indígena, não se tem dados sobre elas para incluí-las em estatísticas e discussões.

São mais de 300 etnias e um total (registrado) de diferentes 274 línguas faladas e, ainda que tenhamos uma população que avança demograficamente e que segue insurgente resistindo à violência epistêmica desde o período colonial, é fato que os sujeitos que a constituem ainda são invisibilizados em termos de pertencimento na vida em sociedade. O fato não são os números em si (ainda que essa expressividade numérica em contraponto à visibilidade desvanecida desses povos já nos diga muito sobre a retórica da dominação e a retórica do oprimido (Orlandi 2015). A(s) questão(ões) é(são): Onde estão esses povos? Por que não vemos suas lideranças sendo efetivamente representadas? Por que suas reivindicações são raramente pautadas pela imprensa? Por que esses indígenas não falam por si, mas são falados? O que este silêncio e, conseqüentemente, esta política de silenciamento diz sobre a realidade desses povos originários? O que esta obliteração de voz significa?

Ao longo da história do nosso país, os povos indígenas vêm sendo esquecidos, apagados, invisibilizados. Desde o momento da conquista, há 518 anos, esses povos vêm sendo assujeitados sobre o pretexto de uma necessária civilização supostamente] salvadora. Esta nação, que desde o pseudo descobrimento tem sido silenciada, precisava (em tese) ser convertida de suas práticas selvagens para abandonar o estado primitivo que ameaçava a vida em sociedade da época. Esse foi o discurso que justificou a domesticação e silenciamento da voz indígena a partir dos anos 1500 no Brasil. Discurso que escondia os motivos reais da relação subjugada que se estabeleceu entre o colonizador e os nativos da *terra brasilis*. Discurso que submeteu os indígenas à tirania de um senhoreado decidido a europeizar um povo para tomar o controle sobre tudo o que havia nesse lugar. Discurso que acabou por desautorizar outro, já existente (o dos indígenas) e instalar uma “tradição” que substituía sentidos, que (re)significava a história e instituía uma memória nacional a partir da visão do dominador.

---

1 FUNAI. 2018. [Disponível online em [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)]. Índios no Brasil. Quem são? [Consulta: 07 de junho de 2018]

Desde então, o discurso a respeito dos povos indígenas nunca foi autoral. Desde então eles foram posicionados enquanto figurantes de uma história em que eram (e são) protagonistas – e ainda que não possamos ignorar o fato de que esses povos têm conquistado espaço, visibilidade e, em alguns momentos, até mesmo certo destaque no cenário político e intelectual, resta claro que o *loci* concedido a eles ainda é pontual e está longe de gozar da isonomia constitucional, já que o espaço que esses sujeitos ocupam, definitivamente, não é o mesmo dedicado a sujeitos que não foram sistêmica, gradual e historicamente invisibilizados.

A (re)significação da história dos povos originários, produziu sentidos com efeitos de reconhecimento, familiaridade, evidência, efeito de irrevogável (Orlandi 2003). Com ares de discurso fundador, os dizeres daqueles que se apoderaram da voz indígena, seguem construindo domínios simbólicos que fortalecem e legitimam posições discursivas até os dias de hoje. O que se tem é um movimento da construção do significar que, “(...) apagando uma memória já estabelecida dos sentidos (o já-dito), mesmo com resistência a esse apagamento e conseqüente produção de outros sentidos, desloca o que foi excluído pelo apagamento em direção ao sentido que se pretende estabelecer” (Orlandi 2003: 13). Diante desse quadro de movimentação de sentidos, poderíamos dizer que a construção de domínios de significância e a legitimação de fronteiras que robustecem uma memória nacional que, forjada há mais de cinco séculos, ainda permeia o imaginário do povo brasileiro.

## 1. A configuração do sujeito “mulher indígena”

Falar sobre o sujeito “mulher” não cabe dentro de um artigo. Falar sobre o sujeito “mulher indígena” tão pouco. De uma perspectiva étnico-cultural, aliás, a mulher indígena tem especificidades tão significativas, que é preciso atentar-nos para não tomarmos um caminho reducionista a respeito de quem elas são e o que representam na construção da identidade da mulher brasileira e da identidade nacional como um todo.

Se a realidade dos povos indígenas já é, em si mesma, de luta e de resistência, o tocante à situação das mulheres indígenas é ainda mais teso. Essas mulheres precisam reivindicar direitos enquanto pertencentes a dois grupos com relativa fragilidade: os povos indígenas e o sujeito “mulher”. Diríamos que a invisibilidade das mulheres indígenas é um caso específico da invisibilidade dos próprios índios (Lasmar 1999). Trata-se de uma dupla subalternidade<sup>2</sup> pois a luta delas não se esgota nas reivindicações que compõem a agenda de interesses dos povos indígenas como um todo. Ela demanda, além de um enfrentamento na luta pelo reconhecimento e demarcação das terras indígenas, acesso à educação, saúde, saneamento básico, participação na vida política, pertencimento efetivo na vida em sociedade (que são reivindicações básicas do sujeito “indígena”); um embate dentro mesmo de suas aldeias. Isso porque, ainda que muitas comunidades indígenas estejam pas-

---

2 Apropriamo-nos da concepção de Gayatri Spivak que cunha o termo em referência às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.” (SPIVAK 2010:20)

sando por processos internos de mudança na estrutura hierárquica de suas tribos<sup>3</sup> – resguardado limites e proporções no que se refere às tradições e características sócio-culturais e identitárias de cada povo – o regime duramente patriarcal ainda impõe padrões igualmente severos de submissão feminina.

Cumpra dizer ainda que, mesmo que algumas mulheres indígenas tenham assumido a função de porta-vozes e se destacado com certa ênfase no campo político fora de suas comunidades, esta realidade é ainda muito incipiente e frágil. Ademais, quando assumem lideranças políticas para além dos limites de suas comunidades são frequentemente rechaçadas por diversos segmentos externos (a candidatura à vice-presidência do Brasil/2018 pelo PSOL, da líder indígena Sônia Guajajara ilustra bem a afirmação<sup>4</sup>). Não são consideradas aptas a assumir cargos oficiais de destaque no cenário nacional e enfrentam enorme resistência de pertencer, efetivamente, nesses meios. São mulheres. São frágeis. São indígenas. Não se dirigem à totalidade (se é que isso é possível!). Há sempre justificativas que as limitem e mesmo com seus discursos potencialmente emancipatórios, ainda não têm a autonomia e o reconhecimento suficientes para legitimar a autoridade pretendida.

Segundo a Organização das Nações Unidas num videodocumentário intitulado “Mulheres Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça” – em comemoração aos dez anos completados em 2018 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas – a luta das mulheres indígenas se dá hoje, potencialmente, sob a tríade: “afirmação de suas lideranças políticas, visibilidade dos seus direitos e reconhecimento de suas vozes pela resistência dos povos e territórios” (ONU Brasil 2018).<sup>5</sup> Trata-se de um enfrentamento que acontece em espaços de interlocução muito restritos (como na Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, no Fórum Permanente dos Povos Indígenas e na própria ONU Brasil) onde ainda não é possível contemplar as reivindicações e aspirações dessas mulheres na intensidade necessária para movimentar suas questões de maneira mais efetiva e definitiva.

Esses espaços têm sido, inicialmente, onde essas mulheres têm “falado por si mesmas” e consequentemente indicar certa pluralidade política e capacidade de incidência. Contudo, elas concedem a elas uma tomada da palavra que ainda é pontual e que em alguns momentos também sofre com a mediação de outras instâncias. Articula-se a ampliação dos direitos dos povos indígenas em espaços exclusivos dos povos indígenas. Fora desse eixo interno, segmentado, não há oportunidades legítimas de interlocução que concedem a essas mulheres maior alcance de suas vozes – como nos grandes meios de comunicação do país, por exemplo. E diante desse quadro ampliamos as questões iniciais colocadas no princípio do trabalho: Como fazer com que a voz dessas mulheres possa se colocar no/para o mundo de maneira mais efetiva? Como fazê-las existir para o grande público e,

---

3 Cf. GRUBITS, Sônia. 2014. Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas. *Psicologia Sociedade*. (26): 116-125; Cf. GRUBITS, Sônia; SORDI, Ariana. 2017. Pesquisas nas Comunidades Indígenas: relações de justiça e igualdade. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*. (37) 92:11-23.

4 Para fazermos esta afirmação, baseamo-nos em reportagens (e na repercussão das mesmas verificadas nos comentários) de grandes veículos de comunicação do país. Ver referências.

5 ONU Brasil. 2018. [Disponível em [www.nacoesunidas.org](http://www.nacoesunidas.org)]. ONU Brasil lança documentário Mulheres Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça. [Consulta em 01 de junho de 2018].

consequentemente, fazer movimentar suas causas, se elas não ocupam lugares com potencial de interlocução e de visibilidade, como nas grandes mídias? Diante dos sentidos que emergem nessa relação silenciamento/mulher indígena nas instâncias midiáticas, o que significam os não-ditos e quais efeitos têm a sua administração?

Refletindo a esse respeito, não é precipitado dizer que dessa relação de força que se estabelece entre quem fala e quem é falado, a mulher indígena é reduzida a “argumentos da retórica colonial” (Orlandi 2015: 58), afinal, trata-se de um sujeito que não fala por si mesmo, não representa, não existe. Trata-se de um sujeito que é falado, representado, subsiste. A mulher indígena que é dada a conhecer continua sendo aquela “inscrita” nos espaços sociais por meio dos estereótipos e imaginários sócio-discursivos, fruto de interesses dominantes – superiormente mais fortes (até então) na arena discursiva. De acordo com Orlandi (2013);

o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz e assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas por relações de poder. Nossos imaginários se constituem nesse confronto entre simbólico e político, em processos que ligam discursos e instituições. Os imaginários condicionam os sujeitos em suas discursividades e explicitam o modo como os sentidos estão sendo produzidos. E por isso os sentidos não estão nas palavras elas mesmas (Orlandi 2013: 42)

Em suma, aquilo que foi instituído a respeito dessa mulher e (re)produzido ao longo dos séculos ganhou sentido e significância na nossa memória porque posições ideológicas foram colocadas em jogo em um processo sócio-histórico. E já que essas mulheres não puderam falar por si mesmas, outros o fizeram como lhes era conveniente, no cerne de suas visões, teorias e/ou suas alegorias literárias, apoiando os limites de construção do nosso imaginário em “filiações” (Orlandi 2003: 13) que, tendencie para o “bom selvagem” de Rousseau ou para a visão romantizada de José de Alencar, serão responsáveis pela legitimação de uma memória político-discursiva a que retomaremos como interdiscursos quando o assunto requerer alguma referência.

## **2. Dinâmica de funcionamento dos espaços midiáticos e a mulher indígena**

A instância midiática é mais que um suporte de difusão da informação e pode assumir papéis para além do informativo (Lima 2006). A mídia pode, segundo o autor, atuar nos processos de construção de sentidos: simbólico, coercitivo, político e econômico. Importante enfatizar a respeito dessa instância é que, em muitos casos, ela é a única forma de muitos cidadãos tomarem conhecimento do que se passa no seu país e até mesmo no mundo e, por isso, ela faz com que a sociedade atual seja nela centrada. Trata-se de um processo intercambiável em que a mídia ocupa a posição de um ator político com força suficiente para exercer poder em outros campos sociais, na sua mediação de sentidos.

A instância midiática atua como uma espécie de vínculo sujeito/sociedade (Bourdieu 1996). Dando publicidade e validando os acontecimentos de mundo num sistema hierarquizado de poder e privilégio, ela é um agente do espaço público, que recria conteúdos com pretensões de estabelecer um poder de construção da realidade e, simbolicamente, exercer um poder argumentativo, articulador e estruturante. Trata-se de um “poder simbólico, esse poder invisível, o qual só pode ser

exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu 1996: 7-8).

Quando buscamos assuntos sobre a temática da mulher indígena na internet,<sup>6</sup> muitas são as matérias, artigos e reportagens que encontramos a esse respeito, contudo as abordagens (que pouco, ou nada, trazem de inédito e/ou expressivo para a causa indígena<sup>7</sup> e/ou para a causa feminina) (quase) nunca são tratadas pelas mulheres indígenas propriamente ditas. Vemos organizações não-governamentais, Estado, instituições, conselhos missionários, enfim, vários porta-vozes que, ao falar em nome dessas mulheres interditam, por vezes, o dizer delas e as impedem de se colocarem no/para o mundo efetivamente. Acreditamos que esse relacionamento entre indígenas e não-indígenas, se estabeleça convencionalmente no intuito de autenticar a causa de povos historicamente subalternizados, mas nos questionamos diante desse fato, até onde essa aliança não corrobora uma racialização e uma ampliação de ausências.

Isso tem consequências ainda mais sérias se considerarmos que a forma como os sujeitos são simbolicamente representados pela instância midiática, vai influenciar sobre como os discursos dos mesmos serão concebidos, significados e legitimados pela maioria da população. De acordo com Melo (2008):

A imprensa ocupa um espaço de destaque na formação da esfera pública. Pela definição de esfera pública, ideias somente passariam a ter valor quando expressas através da comunicação, ou seja, através do discurso. Neste espaço aberto à argumentação, quem participasse do debate ingressaria na esfera pública despojado de condições sociais privilegiadas, cargos, títulos ou posição social. O discurso midiático – que deveria ser o terreno da crítica à ordem vigente para romper com o consenso que não seja resultado de debate público – se transformou em um reforço da ideologia dominante e, assim, da permanência da exclusão de minorias (Melo 2008: 2)

Refletindo sobre esse movimento da construção do significar nos espaços midiáticos na sua relação com a configuração do sujeito “mulher indígena”, interessou-nos pesquisar sobre quem era esse sujeito na/para a mídia. Buscamos então por títulos<sup>8</sup> de notícias, matérias e reportagens publicadas

- 
- 6 Não temos a pretensão de reduzir a instância midiática ao ambiente virtual, contudo, optamos por analisá-lo porque: 1) nele, o acesso tende a ser mais democrático, facilitado e acessível; 2) o fluxo de informação é maior do que em outros meios e 3) a internet representa hoje, o grande expoente da comunicação como um todo.
  - 7 Durante a elaboração do presente trabalho, inclusive, nos deparamos com a mesma matéria publicada nos sites da BBC Brasil, Globo e Terra (Ver referências). Vê-se que se trata de um conteúdo encomendado por uma agência de notícias e os canais de veiculação em que lemos a publicação, encarregaram-se apenas de distribuí
  - 8 Numa perspectiva charaudiana, os títulos de imprensa inscrevem-se automaticamente numa dada situação jornalística que, no domínio da situação midiática, tem finalidade de já selecionar certa visada de informação (Charaudeau, 2004). Justificamos ainda que a escolha por “printar” esses títulos – e não apenas transcrevê-los – deu-se pelo fato de entendermos que muitos dos títulos analisados vêm acompanhados de imagens que complementam seu sentido e ignorar esses ícones/cenas limitaria nossas considerações a respeito do tema.

recentemente que se referiam à mulher indígena nos grandes meios de comunicação e em sites oficiais do governo, para observar como ela representava (e/ou era representada) e os possíveis sentidos que emergiam nesse processo.

Verificamos alguns pontos que trazemos para nossa reflexão:

1º - Vê-se que essa mulher ganha “espaço” quando uma temática maior, parte da agenda-*setting* (e, portanto, algo que convém ser noticiado de acordo com a dinâmica de funcionamento do jornalismo) está por trás daquela veiculação. É o caso de publicações que abordam, por exemplo, questões sociais. A saber:

- A violência:

## FIGURA 1

Publicação da Revista “Veja”

Fonte: <https://veja.abril.com.br/mundo/onu-alerta-sobre-epidemia-global-por-violencia-contramulheres-indigenas/>



## FIGURA 2

Publicação do portal de notícias “G1”

Fonte: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/09/violencia-contraindian-cresce-e-ms-traduz-cartilha-sobre-maria-da-penha.html>



- A educação:

### FIGURA 3

Publicação do site oficial da “ONU Brasil”.

Fonte: <https://nacoesunidas.org/acesso-a-educacao-e-ainda-mais-dificil-entre-mulheres-indigenas-diz-agencia-da-onu/>



- A saúde:

### FIGURA 4

Publicação do portal de notícias do “Senado”

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2012/03/08/assistencia-a-agricultoras-negras-e-indigenas-ainda-e-ponto-fraco-das-politicas-de-saude-da-mulher>.



2º - Quando a mulher indígena é retratada em sites de órgãos oficiais do governo, essas mulheres ou são instrumento de re-afirmação de políticas públicas nacionais - fazendo parte de um marketing institucional - e/ou a abertura dada a elas é tão pequena que muito pouco representa. Como é o caso dos sites do Ministério da Saúde, do próprio Governo Federal e da Agência Nacional do Cinema.

No caso do Ministério da Saúde, fala-se do protagonismo da mulher indígena no mercado de trabalho, contudo, essa mesma mulher é representada tendo apagado qualquer traço capaz de evidenciar e/ou fortalecer as especificidades dos povos originários.

**FIGURA 5**

Publicação na página oficial do “Ministério da Saúde”

Fonte: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/52418-o-protagonismo-da-mulher-indigena>



No caso da publicação do Governo Federal, resta claro que o post é uma forma de divulgação do trabalho da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

**FIGURA 6**

Publicação na página oficial da “Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres”

Fonte: [http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas\\_noticias/2012/12/17-12-mulheres-indigenas-e-governo-federal-vaio-intensificar-dialogo-nacional](http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas_noticias/2012/12/17-12-mulheres-indigenas-e-governo-federal-vaio-intensificar-dialogo-nacional)



E no caso da matéria publicada no site da Ancine, o que temos é uma forma de mostrar resultados de ações afirmativas do governo, indicando a “eficácia” da política de cotas já que, supostamente, ela é a única forma de aumentar a representatividade de grupos apagados da vida social do mercado audiovisual brasileiro.

**FIGURA 7**

Publicação na página oficial da “Agência Nacional do Cinema (ANCINE)”

Fonte: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/aprovadas-cotas-para-mulheres-negros-e-indigenas-em-edital-para-producao%3E>



Se considerarmos que os discursos são produzidos (e tem, conseqüentemente, a emergência de seus sentidos) por meio de um movimento que alterna regularidades e dispersão (Foucault 2012), ou em outras palavras, por meio de processos de re-significação que, por meio das falhas, instaura novos sentidos (Pêcheux 1991), vemos o quanto a sequência de dispersões que constituiu a retórica colonial ao longo de séculos, corroborou para a regularização de uma memória discursiva que a todo tempo é retomada pela instância midiática e, conseqüentemente, pela sociedade como um todo. O resultado: uma configuração do sujeito “mulher indígena” na mídia como sendo sempre, a de um sujeito “parte de”, quando não necessariamente, um sujeito “à parte de”. Temos um sujeito que não pertence à sociedade brasileira efetivamente. Um sujeito que precisa ser sempre reafirmado. Cotista. Um sujeito sempre representado por ações políticas focais já que, na prática, ele não reúne condições institucionais de se inscrever autonomamente na vida social. E é a partir dessa visada, que os grandes meios de comunicação difundem sentidos socioculturais e contribuem para que os mesmos sejam cristalizados (discursivamente) no imaginário da maioria das pessoas.

### 3. Espaços midiáticos autônomos: para toda ação, uma reação

Para todo embate de forças há um movimento de resistência. E trazendo essa máxima para a nossa reflexão, diríamos que, em contraposição à dinâmica fechada e estável de funcionamento dos grandes meios de comunicação – que tende a fortalecer os discursos dominantes – o mundo pós-moderno tem apresentado outras possibilidades de ser, estar e se colocar no/para o mundo por meio dos espaços midiáticos autônomos. Esses meios de comunicação que se referem às mídias/redes sociais digitais, são assim cunhados para o presente trabalho para definir os espaços não têm seu conteúdo controlado e/ou ditado por outras instâncias e interesses, como incisivamente

ocorre com as mídias tradicionais e que, ao menos em teoria, tratam-se de espaços com maior (não total) liberdade de expressão, onde se diz o que não poderia/caberia em outros lugares. Referimo-nos aqui a espaços capazes de movimentar a realidade de muitos sujeitos apagados de uma participação efetiva na vida social e que tem realçado nuances da subjetividade contemporânea em que a visibilidade é palavra de ordem e se fazer visto nesses meios de criação e compartilhamento de conteúdo livre é questão de existência.

Diante dessas transformações comportamentais, vê-se que as mulheres indígenas (e outros sujeitos invisibilizados) têm rompido com o lugar em que foram discursivamente posicionados e se colocado para além do espaço diminuto que lhes foi reservado na grande instância midiática. Incentivadas pelo *modus operandi* da web 2.0<sup>9</sup> - concebida enquanto uma ferramenta sociocomunicacional que possibilita novas formas conectividade entre os sujeitos - essas mulheres têm potencializado seu dizer por meio de narrativas de si que as têm inscrito de modo mais efetivo na sociedade e movimentado arquétipos, estereótipos e imaginários até então estáveis na/para a coletividade. Sobre isso, Arfuch reitera que “a internet conseguiu popularizar novas modalidades da (velhas) práticas autobiográficas das pessoas comuns, que, sem necessidade de mediação jornalística ou científica, podem agora expressar livre e publicamente os tons mutantes da subjetividade contemporânea” (Arfuch 2010:150)

Sua presença nas mídias sociais e nos blogs tem sido uma maneira de levantar demandas, compartilhar informação, promover diálogos e lutar por suas causas e aspirações. Uma forma de resistir. Nesses espaços, é possível ver a potencialização de vozes que tem refletido em estratégias de incidência na defesa de seus direitos. Exemplos disso são páginas no *Facebook*, contas no *Twitter* e canais no *YouTube*, *blogs* em domínios livres etc., que têm dado a essas mulheres o poder de publicar conteúdos e influenciar pessoas e tomadas de decisões que, até então, só detinham os grandes grupos capitalizados. Por meio de uma liberdade de comunicação interativa, esses espaços midiáticos autônomos têm alterado a forma como as relações sociais têm se constituído. Espaços como a “Voz das Mulheres Indígenas”, “Eu sou pelas Mulheres Indígenas”, “Rede Grumin de Mulheres Indígenas”, “APIB Oficial”, dentre vários outros exemplos, têm se constituído em espaço de acolhimento e em canal de veiculação das lutas e aspirações da mulher indígena.

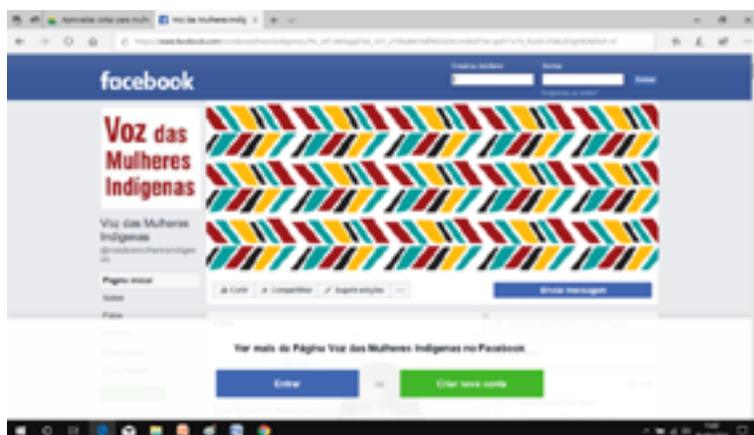
Vejamos alguns exemplos:

---

9 Esse termo ficou conhecido após um debate entre representantes da cibercultura e seus pares, no Vale do Silício, em 2004. Foi a partir desse encontro, que os usuários da rede ganharam status de coprodutores de conteúdo. A concepção da internet como aquela que veiculava informação/conhecimento por via única (web 1.0) passa a ser substituída por outra mais atraente. Adotando um modelo colaborativo, o usuário ganha notoriedade, dada sua interação com o que está sendo veiculado. Trata-se de modelo de plataforma, que através de uma “arquitetura participativa” aproveita a “inteligência coletiva” para se estabelecer (O’Reilly 2005).

**FIGURA 8**

Página inicial do grupo “Voz das Mulheres Indígenas” no *Facebook*  
 Fonte: <https://pt-br.facebook.com/vozdasmulheresindigenas/>



**FIGURA 9**

Página inicial do grupo “Eu sou pelas Mulheres Indígenas” no *Facebook*  
 Fonte: <https://pt-br.facebook.com/pelasmulheresindigenas/>



**FIGURA 10**

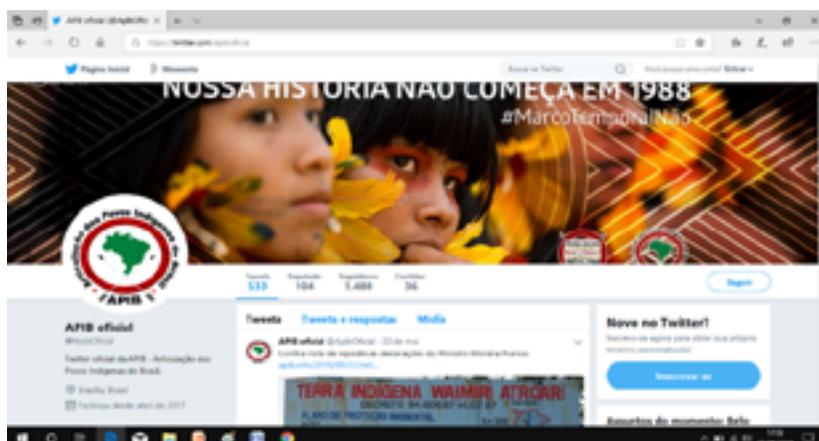
Página inicial do grupo “Rede Grumin de Mulheres Indígenas” no *Facebook*  
 Fonte: <https://pt-br.facebook.com/grumin/>



**FIGURA 11**

Página inicial da “Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)” no *Twitter*

Fonte: <https://twitter.com/apiboficial>

**FIGURA 12**

Página inicial do grupo “Voz das Mulheres Indígenas” no *YouTube*

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Ari7A3zkbso>



Ao consentir e impulsionar discursivamente sujeitos até então invisíveis, esses espaços midiáticos autônomos indicam uma inteligibilidade outra que resulta “(...) no deslocamento e na transformação do homem e da realidade em que vive” (Orlandi 2013:15). O que se tem é “um espaço de acolhimento para aqueles que estão exilados em seu próprio território de existência, canalizando uma visibilidade baseada no engajamento de sujeitos em relação àqueles que foram excluídos” (Ly-sardo-Dias 2016: 15).

**Considerações finais**

Os processos de produção de sentido que calam a voz do sujeito mulher indígena na grande instância midiática estão, a todo tempo, significando nos limites moventes da linguagem e do silêncio

(ou melhor, do silêncio e da linguagem). E como não há ritual sem falhas (Pêcheux 1991) na contrapartida de apagamentos, há sinais de resistência.

A grande mídia enquanto responsável por dar publicidade a assuntos que serão (supostamente) do interesse do público, devido à força centrípeta que detém e seu caráter fortemente influenciador, acaba transformando esses assuntos em interesse público propriamente dito e, ao difundir e consolidar sentidos (e efeitos) enquanto institucionalizados e legítimos, acaba forjando formas de perceber o mundo e os sujeitos que o compõe. Numa perspectiva bourdieana, trata-se da força invisível legitimadora (Bourdieu 1992).

Contudo, quando essa mulher indígena se coloca em espaços midiáticos autônomos, ela confronta a dinâmica de funcionamento da maquinaria midiática e, ao reivindicar um espaço livre para discussão e notoriedade de suas causas. Ela rompe com as fissuras do sistema que abriga o eco de sujeitos silenciados (Lara e Limberti 2015). Ao (re)configurar e (re)significar comportamentos que vão colocá-las no/para o mundo de uma forma como nunca antes elas estiveram, essas mulheres se inscrevem numa nova ocorrência discursiva que, além de possibilitar a construção de inteligibilidades outras, as integram à engrenagem de funcionamento da sociedade pós-moderna.

Mais do que inovação dos protocolos de convivência e pertencimento (Viana 2011), mais do que ampliação do processo comunicativo (Gobbi 2013), o enfrentamento dessas mulheres indígenas à ordem social que as invisibiliza é uma forma de esquadrihar, desarticular e recompor os sujeitos para fazerem parte de uma maquinaria de poder (Foucault 2004).

Acreditamos que a visibilidade conquistada nos meios autônomos de mídia contribui para a movimentação e o redirecionamento das lutas e da realidade dessas mulheres e, para além de (re) significar padrões de sociabilidade, interação e engajamento, nos indica um caminho para explorar questões de ordem, especialmente, social. Esse sujeito pós-moderno, descentralizado, que passou a se inscrever numa nova ocorrência discursiva, aponta, a partir de trajetórias individuais, à acentuação de experiências coletivas que desmantelam antigas definições e demandam novas interpretações a respeito da subjetividade contemporânea.

## Referências Bibliográficas

ANCINE. 2018. [Disponível na internet em [www.ancine.gov.br](http://www.ancine.gov.br)]. Aprovadas cotas para mulheres, negros e indígenas em edital para produção cinematográfica. [Consulta: 01 de junho de 2018].

APIB, TWITTER. 2018. [Disponível na internet em [www.twitter.com.br](http://www.twitter.com.br)]. Twitter oficial da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. [Consulta: 01 de junho de 2018].

ARFUCH, L. 2010. *O espaço biográfico. dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ.

BBC BRASIL. 2018. [Disponível na internet em [www.bbc.com](http://www.bbc.com)]. Por que 19 de abril virou Dia do Índio? [Consulta: 01 de junho de 2018].

BOURDIEU, P. 1992. *O mercado dos bens simbólicos*. Em *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, P. 1996. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- CHARAUDEAU, P. 2004. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. Em I. L. Machado e R. Mello. (orgs.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. pp. 13-41. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG.
- FOUCAULT, M. 2012. *A Arqueologia do Saber*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FUNAI. 2018. [Disponível na internet em [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)]. Índios no Brasil. Quem são? [Consulta: 07 de junho de 2018]
- GOBBI, M. C. 2013. Comunicação em redes de afetos e emoções. Em M. Barbosa e O. Morais (ed.). pp. 127-154. *Comunicação em tempo de redes sociais. afetos, emoções, subjetividades*. São Paulo: INTERCOM.
- GRUBITS, S. 2014. *Mulheres indígenas brasileiras. educação e políticas públicas*. Psicologia Sociedade. 26. pp. 116-125.
- GRUBITS, S e SORDI, A. 2017. *Pesquisas nas Comunidades Indígenas: relações de justiça e igualdade*. Boletim da Academia Paulista de Psicologia. 37. 92:11-23.
- IBGE. 2010. [Disponível na internet em [www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)]. População Indígena. [Consulta: 07 de junho de 2018].
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. 2018. [Disponível na internet em [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br)]. Nova Marina: Indígena Sônia Guajajara é cotada como vice de Boulos. [Consulta: 01 de junho de 2018].
- LARA, G. P. e LIMBERTI, R. P. (orgs.). 2015. *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto.
- LASMAR, C. 1999. Mulheres indígenas. Representações. *Revista Estudos Feministas*. (7)1-2:1-14.
- LIMA, V. A. 2006. *Mídia. crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- LYZARDO-DIAS, D. 2016. Narrativas de moradores de rua nas mídias sociais. *Revista de Estudos da Linguagem*. 24(3): 989-1013.
- MELO, P. B. 2008. [Disponível na internet em [www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)]. O índio na mídia: discurso e representação social. [Consulta: 07 de junho de 2018].
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2018. [Disponível na internet em [www.blog.saude.gov.br](http://www.blog.saude.gov.br)]. O protagonismo da mulher indígena. [Consulta: 01 de junho de 2018].
- O'REILLY, T. 2005. [Disponível na internet em [www.radar.oreilly.com](http://www.radar.oreilly.com)]. Web 2.0: Compact definition? [Consulta em 23 de setembro de 2017]
- ONU BRASIL. 2018. [Disponível em [www.nacoesunidas.org](http://www.nacoesunidas.org)]. ONU Brasil lança documentário Mulheres Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça. [Consulta: 01 de junho de 2018].
- ORLANDI, E. P. 2013. *Análise de Discurso. princípios & procedimentos*. 9ª Ed. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, E. P. 2003. *Discurso fundador*. 3ª Ed. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, E. P. 2015. *As formas do silêncio. no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: Unicamp.

PÊCHEUX, M. 1991. *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: Unicamp. 19:7-24.

PELAS MULHERES INDÍGENAS, FACEBOOK. 2018. [Disponível na internet em [www.facebook.com](http://www.facebook.com).br]. Eu sou pelas Mulheres Indígenas. [Consulta: 01 de junho de 2018].

PORTAL O GLOBO. 2018. [Disponível na internet em [www.g1.globo.com.br](http://www.g1.globo.com.br)]. Por que 19 de abril virou Dia do Índio? [Consulta em: 01 de junho de 2018]

PORTAL O GLOBO. 2018. [Disponível na internet [www.g1.globo.com.br](http://www.g1.globo.com.br)]. Violência contra índias cresce e MS traduz cartilha sobre Maria da Penha. [Consulta: 01 de junho de 2018]

PORTAL TERRA. 2018. [Disponível na internet em [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br)]. Você sabia como 19 de abril virou Dia do Índio? [Consulta: 01 de junho de 2018]

REDE GRUMIN DE MULHERES INDÍGENAS, FACEBOOK. [Disponível na internet em [www.facebook.com](http://www.facebook.com).br]. Fan Page oficial Rede Grumin de Mulheres Indígenas. [Consulta: 01 de junho de 2018]

REVISTA EXAME. 2018. [Disponível na internet em [www.exame.com.br](http://www.exame.com.br)]. Vice de Boulos, Sônia Guajajara critica troca no comando da Funai. [Consulta: 01 de junho de 2018].

REVISTA VEJA. 2018. [Disponível na internet [www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br)]. Entre ambientalistas, o óbvio nem sempre floresce. [Consulta: 01 de junho de 2018].

REVISTA VEJA. 2018. [Disponível na internet [www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br)]. Onu alerta sobre “epidemia” global por violência contra mulheres indígenas. [Consulta: 01 de junho de 2018].

REVISTA VEJA. 2018. [Disponível na internet [www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br)]. PSOL lança Guilherme Boulos como pré-candidato à presidência. [Consulta: 01 de junho de 2018].

SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 2018. [Disponível na internet em [www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br)]. Mulheres indígenas e governo federal vão intensificar o diálogo nacional. [Consulta: 01 de junho de 2018].

SENADO NOTÍCIAS. 2018. [Disponível na internet em [www12.senado.gov.br](http://www12.senado.gov.br)]. Assistência a agricultoras, negras e indígenas ainda é ponto fraco das políticas de saúde da mulher. [Consulta: 01 de junho de 2018].

SPIVAK, G. C. 2010. *Pode o subalterno falar?* 1ª Ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: UFMG.

VIANA, C. 2011. *Redes Sociales y Modelos de Agencias Ciudadanas de Comunicación*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona - Servei de Publicacions (Tese de doutorado).

VOZ DAS MULHERES INDÍGENAS, FACEBOOK. 2018. [Disponível na internet em [www.facebook.com](http://www.facebook.com).br]. Voz das Mulheres Indígenas. [Consulta: 01 junho de 2018].

**FLÁVIA CAMPOS SILVA** é graduada em Comunicação Social pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2009). Pós-graduada em Administração - MBA (2012) - e em Letras - Mestrado (2016) -, ambos pela Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ. Já atuou como analista administrativo (2010-2014) e já lecionou em programas de ensino profissionalizante - PRONATEC (2013) - e outros programas de ensino técnico da rede pública estadual (2017). Atualmente ministra o curso de Português como Língua de Acolhimento e cursa o doutorado em Estudos Linguísticos, ambos no CEFET/MG. Sua pesquisa está inserida no âmbito da Análise do Discurso, trabalhando sujeitos em situação de vulnerabilidade.

Correo electrónico: [flaviariff@yahoo.com.br](mailto:flaviariff@yahoo.com.br)